
SÍNTESE DOS PRINCIPAIS ENCAMINHAMENTOS OFICINAS - 2016

Revisando a Segurança de Barragens Brasília - DF

A comunidade técnico-científica, reunida em 11 oficinas com técnicos e especialistas em Segurança de Barragens, representantes de empreendedores, órgãos gestores e fiscalizadores, defesa civil, especialistas na área incluindo as áreas técnicas das engenharias e geotecnias, ambiental, comunicação, jurídica, entre outros, discutiu um número dos mais variados aspectos relativos a Segurança de Barragens. Os resultados parciais de cada etapa constam do site das Oficinas no link a seguir:

<http://www.abrh.org.br/oficinaPNSB/index.php?ID=107>

Neste documento, apresenta-se a síntese da análise realizada a respeito do PLS 224/2016 de autoria do Senador Ricardo Ferraço, que altera as Leis 12.334/2010, da Política Nacional de Segurança de Barragens e a 9.433/1997 da Política Nacional de Recursos Hídricos.

Em primeiro lugar há consenso quanto à noção de que a Lei Nº 12.334/2010 é boa, é muito nova, mas já produziu muitos resultados positivos. Por outro lado, pelo pouco tempo e por ainda não estar implementada na sua plenitude, sua alteração antes de se consolidar a experiência com os atuais procedimentos deve ser vista com cautela.

Porém, observa-se que o PLS 224/2016 apresenta vários avanços no que se refere a preencher lacunas existentes na Lei original. Alguns pontos são passíveis de reflexões, sendo que parte deles foram melhor expressos nas Emendas apresentadas pelo Senador Relator Jorge Viana, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - CMA, e comentados especialmente na Oficina realizada em Brasília, organizada pela Associação Brasileira de Recursos Hídricos - ABRH com apoio da Agência Nacional de Águas e Comitê Brasileiro de Barragens - CBDB, da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano – SRHU/MMA, da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES e Agência Nacional de Águas - ANA, em 29 de novembro de 2016, conforme é apresentado a seguir.

Proposições do PLS 224

De acordo com a análise conjunta da Lei Nº 12.334/2010, do PLS 224/2016 e do Parecer do Relator, entendeu-se pertinente a manutenção dos termos originais propostos no PLS 224/2016 dos seguintes itens:

- Artigo 1º, inciso IV
- Artigo 2º, inciso IX
- Artigo 3º, inciso I
- Artigo 4º, inciso IV
- Artigo 8º, caput do inciso VIII e o parágrafo 5º

- Artigo 17º, incisos VII - XIV - XVIII
- Artigo 17-A, “caput” e parágrafo segundo
- Artigo 17-B, parágrafos 1º a 4º
- Artigo 17-D

Emendas do Relator

De acordo com as análises da Lei, do PLS 224/2016 e do Parecer do Relator, entendeu-se pertinente a manutenção das Emendas propostas pelo Relator Jorge Viana relativas aos seguintes itens:

- Artigo 2º, Inciso IV
- Artigo 5º, Incisos I - II - V
- Artigo 8º, § 4º
- Artigo 12º, Parágrafos 1º, 3º, e 4º
- Artigo 13º, § 3º
- Artigo 16º, Incisos II – VII – VIII, e § 1º
- Artigo 17º, Incisos VI e XVI
- Artigo 17-A, § 1º
- Artigo 17-B, “caput”
- Artigo 17-C, “caput”
- Artigo 17-F “caput” e seu Parágrafo Único
- Artigos 17-G

Proposições de redação da Oficina de Brasília

- Artigo 2º - Inciso VIII – incluir definição de incidente: qualquer ocorrência que afete o comportamento da barragem

ou estrutura anexa que, se não for controlada, pode causar um acidente - Artigo 6º - Inciso VIII (PLS) – Proposta: excluir do PLS. Entende-se que essas funções podem ser absorvidas pela já existente CTAP – Câmara Técnica de Análise de Projeto do CNRH

- Artigo 6º - Inciso IX - Substituir “guias” por “normas técnicas, manuais e termos de referência”
- Artigo 8º - Substituir “desativação” por “descomissionamento”. Incluir definição de descomissionamento no glossário do PL: procedimento de eliminação de uma infraestrutura depois de atingir a sua vida útil;
- Artigo 12º, § 2º - Sugestão: substituir por “envolvidos na elaboração do PAE, nos termos do regulamento”, ... A forma de envolvimento deve ser definida na regulamentação pelo CNRH
- Artigo 12º, inserir § 5º - “treinamentos periódicos”
- Artigo 13º, § 2º : incluir “desastres”

- Artigo 16º:

Incluir novo Inciso antes do Inciso VI:

“Promover estudos e definir em regulamento critérios objetivos para o cálculo de garantias financeiras ou sistema de proteção financeira para reparação ao ambiente e a terceiros”

Sugestões e alternativas:

- criação de Fundo específico;

- utilizar Fundo previsto na legislação de proteção e defesa civil;

- sugestão para o Relator: incluir em “**Disposições Transitórias**” um prazo mínimo de dois anos para realização dos estudos necessários a viabilidade técnica de implantação dos seguros, desenvolvimento de métodos de cálculos;

Parágrafo 3º: substituir “credenciamento” por “cadastro técnico”

- Artigo 17º: Inciso XV - de acordo com o Relator, porém inserindo o complemento: “

..... apresentar garantia financeira, ***nos termos do regulamento*** para”

- Artigo 17º: Inciso XVII - Suprimir a palavra “verdadeiras”

- Artigo 17º: § 3º - adequar o local deste item. Este item deve ser posicionado onde são tratadas as garantias financeiras. Talvez após Inciso XVI deste Artigo.

- Artigo 17-E: Suprimir, por se tratar de legislação penal

- Artigo 17-H (PLS) ou 17-F(Relator) - suprimir, dado que a proposta é suprimir o Artigo 17-E (PLS)

- Artigo 18º : Manter os termos do PLS, porém substituir:

- “ações de prevenção” por “ações de prevenção e mitigação de risco”

- “informar a situação à Prefeitura e aos órgãos de proteção e de defesa civil, que ...” por “informar a situação à Prefeitura, aos órgãos de proteção, de defesa civil e aos órgãos ambientais, que ...”

- Artigo 35º: Suprimir os Incisos XIV e XV.

Justificativa:

A criação de Câmara Técnica de Segurança de Barragem pelo CNRH é desnecessária pois a já existente CTAP – Câmara Técnica de Análise de Projetos do referido Conselho é suficiente como fórum de discussão das propostas de regulamentação da Lei e de medidas para ampliar os cuidados com a segurança das barragens

- Artigo 35º, § 3º: de acordo com Relator, porém substituir “apresentados” por “concluídos”

Itens que devem ser mantidos na Lei

- Artigo 1º - Justificativa: - **é de consenso que não deve ser alterado o Inciso I.** Registra-se que, segundo o critério adotado pela Comissão Internacional de Grandes Barragens - CIGB (International Commission on Large Dams – ICOLD) , uma grande barragem tem altura mínima de 15 m contados a partir do ponto mais baixo da fundação. Além disto, **o texto da Lei é mais restritivo e, portanto, a favor da segurança.**

- Artigo 2º - Inciso I

- Artigo 7º - Caput

Seguro para barragens

Houve um forte debate sobre a questão do seguro. Ponderou-se sobre a necessidade de avaliar a viabilidade da exigência de seguro para todas as barragens. Primeiramente, em razão da dificuldade de avaliar o risco de cada empreendimento, tanto por parte do respectivo empreendedor, como pelas seguradoras. Do risco estimado resultaria o cálculo do prêmio a ser suportado pelo empreendedor e o estabelecimento de requisitos e condições por parte das seguradoras. Em segundo lugar, há razoável consenso de que a exigência de seguro poderá inviabilizar obras necessárias. Ainda, porque é conveniente e necessário esclarecer se o Poder Público atenderia tal exigência em relação às barragens por ele construídas, pois não parece ser aceitável que a exigência se estabeleça apenas para os empreendedores privados.

Concluiu-se que a questão merece mais estudo e aprofundamento, recomendando-se um prazo, mínimo de dois anos, para que os órgãos fiscalizadores da segurança de barragens promovam estudos necessários a assegurar-se quanto à viabilidade técnica de implantação da medida em questão e o desenvolvimento de métodos indispensáveis e aceitáveis de cálculo, juntamente com os empreendedores e as seguradoras interessadas.

PROMOÇÃO E PARCEIROS

Uma iniciativa da **Associação Brasileira de Recursos Hídricos - ABRH**, a série “Rodadas de Oficinas - Revisando a Segurança de Barragens” contou com a parceira do **Comitê Brasileiro de Barragens - CBDB**, da **Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano – SRHU/MMA** e da **Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental - ABES** em nível nacional.

Em nível regional, em cada etapa, foram agregados os seguintes parceiros:

Estado	Município	Apoiadores Locais					
SC	Florianópolis	ENGIE BRASIL	Comitê do Itajaí				
RS	Santa Maria	SEMA-RS	ABES-RS	ABGE-SUL	MP-RS	UFSM	
PR	Curitiba	COPEL	LACTEC	SANEPAR	AGUAS PARANA	UFPR	
BA	Salvador	DNPM	EMBASA	INEMA	UFBA		
MG	Belo Horizonte	CPRM	BVP Engenharia	UFMG			
RJ	Rio de Janeiro	PSR	COPPE-UFRJ	Escola de Engenharia a-UFF	PNJA		
CE	Fortaleza	COGERH	SRH-CE	FUNCEME	DNOCS	UFC	
AL	Maceió	CREA-AL	SEMA-AL	DEFESA CIVIL-AL	GAMA Engenharia	Sindaúcar	UFAL
SP	São Paulo	DAEE	DEFESA CIVIL-SP	IPT	SSRH	SEM	
MA	São Luiz	SEMA-MA	CONERH-MA				
DF	Brasília	ANA					